

Publicação de atos oficiais, editais, decretos, avisos de licitações, súmulas, atas, desmembramentos e outras publicações legais.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993 - CNPJs: PR nº 68.821.735/0001-10 | SC nº 68.821.735/0002-09
atosoficiaisjif@hotmail.com - artes@jornaldafrenteira.com.br

JORNAL DA FRONTEIRA DIÁRIO OFICIAL - ANO XXXI - 1588D - TERÇA - FEIRA, 14 DE MAIO DE 2024 - ABRANGÊNCIA ESTADUAL - PARANÁ E SANTA CATARINA

Com apoio de outros Poderes, Estado envia maquinário para desobstruir rodovias do RS

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística e do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), enviou nesta terça-feira (14) 28 equipamentos pesados e 31 profissionais para auxiliar o Rio Grande do Sul a liberar rodovias interditadas devido às enchentes. A previsão de chegada dos equipamentos ao município de Bento Gonçalves, no alto da Serra Gaúcha, é na quarta-feira (15).

Esse novo apoio é fruto de uma parceria do Estado com a Assembleia Legislativa do Paraná, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público do Paraná (MPPR) e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que vão disponibilizar recursos e integrar um pacote de R\$ 10 milhões de investimento para auxílio direto às necessidades do estado gaúcho, cofinanciando ações da Defesa Civil e o trabalho dos técnicos paranaenses no estado.

O DER/PR disponibilizou 40 equipamentos ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER-RS). Neste primeiro momento

foram escolhidos 28 maquinários, sendo 20 da Superintendência Regional Leste do DER, em Curitiba, e os outros oito da Superintendência Regional Oeste, em Cascavel. Esse número poderá aumentar a pedido do DAER-RS nos próximos dias.

Entre os maquinários enviados estão um caminhão caçamba, três carregadeiras, duas escavadeiras, três caminhões basculantes, duas retroescavadeiras, duas motoniveladoras, um caminhão de transporte, um carregador frontal, um trator de esteira, dois caminhões-pipas, além de veículos leves de apoio e geradores de energia.

Segundo o diretor-presidente do DER/PR, Fernando Furiatti, os equipamentos paranaenses devem ficar, inicialmente, 14 dias no Rio Grande do Sul, prazo que poderá ser prorrogado conforme necessidade. “Nós disponibilizamos 40 equipamentos do DER com seus operadores, para que pudesse prestar esse auxílio na desobstrução de vias e na recomposição de aterros, dando trafegabilidade para aquelas regiões que estão com algum tipo de

problema”, explicou.

Os 31 profissionais serão divididos em três equipes, sendo que uma delas ficará em Bento Gonçalves e as outras duas em municípios próximos, à disposição das autoridades locais. Essa é uma região que foi fortemente afetada pelas chuvas e enchentes.

“Os profissionais enviados já atuam há muitos anos em nossas estradas e rodovias. São equipes experientes e todos os equipamentos estão indo com os seus operadores, chefes de equipes e também engenheiros. Ou seja, é uma equipe especializada, experiente no assunto”, destacou o diretor-presidente do DER/PR.

Para o engenheiro civil da Superintendência Regional Leste do DER/PR, Márcio Gurski, a experiência do Paraná em deslizamentos será um diferencial para o atendimento ao Rio Grande do Sul. “A nossa expectativa é fazer o máximo possível de serviços para proporcionar o acesso, a chegada das doações, das pessoas poderem ir e vir”, afirmou. “A expectativa é encontrar algo semelhante ao que já aconteceu em eventos parecidos aqui no Paraná, como nas



Foto: Rodrigo Félix Leal/Seil

rodovias que levam ao Litoral, então como já temos essa experiência a intenção é que se resolva tudo o mais rápido possível”.

Segundo o governo gaúcho, atualmente são 101 trechos com bloqueios totais e parciais em 52 rodovias, entre estradas, pontes e balsas. Até o momento, 450 municípios foram afetados, sendo que 538 mil pessoas estão desalojadas, 125 pessoas desaparecidas e 147 óbitos confirmados.

APOIO PARANAENSE

Desde os primeiros dias de chuvas e alagamentos no Rio Grande do Sul, o Paraná enviou uma série de recursos, entre pessoal, equipamentos e

donativos, para auxiliar a população gaúcha.

Foram enviados bombeiros militares para auxiliar nos resgates das vítimas, policiais militares para o patrulhamento das áreas alagadas, policiais civis para colaborar com as forças de segurança locais, policiais científicos para realização de perícias, além de aeronaves, viaturas, barcos, caminhões-pipa e médicos veterinários. Medicamentos especiais e bolsas de sangue também foram enviados por aeronaves da Casa Militar do Paraná.

Durante esse período, a campanha SOS RS, capitaneada pelo gabinete da primeira-dama do Estado,

Luciana Saito Massa, já arrecadou 3,3 mil toneladas em doações de alimentos, água, colchões e outros itens. A arrecadação continua e as doações podem ser entregues nos quartéis do Corpo de Bombeiros, unidades da Polícia Civil, museus do Estado, escritórios regionais do Instituto Água e Terra (IAT) e brigadas comunitárias.

Nesta segunda-feira (13), o IAT enviou 22 técnicos, 11 caminhões-pipa, sete caminhonetes 4x4 e cinco embarcações. Os escritórios regionais do órgão ambiental também realizaram a doação de mudas de árvores em troca de doações para o Rio Grande do Sul.

Em tempo recorde, deputados aprovam criação de Rede de Ajuda Humanitária no Paraná

Uma Rede de Ajuda Humanitária não só para o Paraná, mas com abrangência nacional foi aprovada em regime de urgência e em tempo recorde pela Assembleia Legislativa do Paraná. O projeto de lei 303/2024, de autoria do Governo do Estado, foi recebido pelo chefe do Poder Legislativo, deputado Ademar Traiano (PSD), na segunda-feira (13) e já nesta terça-feira (14) a matéria passou pelas comissões e foi votada em dois turnos em duas sessões plenárias ordinárias. Com requerimento de dispensa de redação final aprovado, já seguiu para a sanção do Poder Executivo.

“Dada a urgência para aprovação da matéria, recebemos contato da Defesa Civil, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família e da Secretaria da Justiça e

Cidadania, solicitando para colocarmos em pauta com a maior brevidade possível esse projeto. Conversamos com os parlamentares para submeter à votação e concluir a tramitação”, explicou o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano.

O objetivo do texto é dar assistência emergencial e acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade após crises humanitárias, causadas por eventos climáticos extremos, como os que atingem o Rio Grande do Sul.

“É uma forma de o governo investir com recursos no campo humanitário, em tragédias que possam ocorrer dentro e fora do Paraná. Essa presidência se mostrou atenta e a Assembleia conseguiu de forma ágil garantir essa medida inovadora”, acrescentou Traiano.

O projeto de lei do Poder Executivo faz do Paraná o primeiro estado do país a instituir uma rede de ajuda para promover ações de respostas rápidas e de caráter humanitário. A proposta serve como um caminho mais fácil para ações de caráter social, podendo contar inclusive com participação de organizações da sociedade civil na execução das medidas, em ações como campanhas de arrecadação e criação de mecanismos para facilitar doações.

A rede terá uma comissão permanente com membros da Superintendência Geral de Ação Solidária, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social e Família e Secretaria da Justiça e Cidadania. Os recursos serão



Foto: Orlando Kissner/Alep

de responsabilidade do órgão que propor alguma medida emergencial, com ampla transparência para a sua utilização.

Repasse

Na segunda-feira, o presidente da Assembleia Legislativa já havia anunciado um repasse financeiro como

auxílio ao enfrentamento da tragédia causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. “A Mesa Executiva, em consonância com o Governo de Estado e em conversas com o Ministério Público do Paraná, o Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal de Contas do

Estado, vai disponibilizar recurso livre na ordem de R\$ 2 milhões, além do valor dos demais poderes”, disse Traiano.

Ele explicou que o montante será repassado à Defesa Civil do Paraná, que irá disponibilizá-lo para a contratação de serviços no Rio Grande do Sul.

Economia catarinense cresce 5,1% em fevereiro e supera média nacional

A atividade econômica catarinense cresceu 5,1% em fevereiro deste ano comparado ao mesmo mês de 2023. O percentual está acima da média brasileira, de 2,6% no mesmo período. O desempenho foi motivado pelo ciclo de redução da taxa de juros no Brasil e pela manutenção do consumo das famílias, além do crescimento de exportações.

Em relação a fevereiro de 2023, a indústria catarinense cresceu 6,6%. O setor de equipamentos elétricos cresceu 21,3% no mesmo período, enquanto o segmento de máquinas e equipamentos avançou 3,7%.

“Somos parceiros do empreendedor e damos

todo o suporte para criar em Santa Catarina um ambiente cada vez mais seguro e próspero para investir”, ressaltou o governador Jorginho Mello.

As expectativas para Santa Catarina na visão do secretário da Indústria Comércio e Serviço, Silvio Dreveck, são muito positivas e mostram como os projetos apresentados pelo Estado já dão retorno para a economia catarinense. “O planejamento que Santa Catarina possui é o investimento em diferentes setores, setor energético, cursos técnicos, sistema viário, todos estão no foco da economia catarinense e acreditamos quanto Estado que estamos tornando Santa Catarina mais competitiva

e atrativa para os investidores”, disse Dreveck.

Outros setores em destaque

Além do segmento de equipamentos elétricos, a venda de eletrodomésticos também teve um crescimento de 18,4% sendo a sexta expansão consecutiva em comparação ao mês de fevereiro de 2023. A comercialização de veículos, partes e peças, teve alta de 22,7% no mesmo período, impulsionando a venda de combustíveis e lubrificantes, que cresceu 4,8%.

A venda de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação cresceu 19,5% em fevereiro, influenciada pela



Foto: Marco Favero/SECOM

expansão das atividades administrativas e serviços complementares.

Consumo das famílias

O crescimento da atividade econômica

catarinense refletiu ainda no impacto positivo do nível de consumo das famílias, favorecendo o crescimento da indústria alimentícia. A indústria têxtil também foi

beneficiada, tendo o foco na fabricação de tecidos de malhas para atender a baixa temperatura que está por vir com as novas coleções de outono/inverno.

Tragédia no RS mobiliza o auxílio de municípios, estado e de deputados de SC

Parlamentares de diversos partidos destacaram o auxílio de municípios, de deputados e do estado catarinense às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul na sessão de terça-feira (14) da Assembleia Legislativa.

“Bombinhas, através da iniciativa do prefeito Paulinho, optou pela cooperação, além de ajuda com alimentação, também com máquinas, equipamentos, servidores experientes em gestão de crise, tudo com autorização da Câmara de Vereadores para adotar a cidade gaúcha de Eldorado do Sul”, informou Paulinha (Podemos), que acompanhou os voluntários de Bombinhas em ação no referido município gaúcho.

Paulinha sugeriu organizar a rede de auxílio sob a tutela das defesas civis dos municípios atingidos e pediu aos doadores que façam contato com quem vai receber as doações para o apoio chegar rápido e ser efetivo. Paulinha ainda instigou os colegas a rediscutir o papel do estado e repensar as políticas de mitigação de desastres para além das ideologias e da polarização.

Sérgio Guimarães (União) também foi ao Rio Grande do Sul com equipe do gabinete da Alesc para resgatar pessoas, animais e entregar pessoalmente às pessoas atingidas as doações recolhidas em Palhoça e municípios vizinhos.

“Estou com o coração doendo por tudo o que vi no estado gaúcho, fiquei lá durante cinco dias e a minha equipe por quase dez, ficamos ajudando, entrando na água, resgatando pessoas, animais, trabalhando

nos abrigos”, relatou Guimarães, que lamentou a expressão de dor que encontrou nos desalojados.

Guimarães agradeceu o apoio do deputado Nilso Berlanda (PL), proprietário das Lojas Berlanda, que forneceu colchões e travesseiros a preço de custo para serem doados na grande Porto Alegre. Também agradeceu o apoio do governo do Estado, que enviou ao estado vizinho duas aeronaves, bombeiros, policiais e agentes da Defesa Civil, bem como as centenas de voluntários que já estão ajudando e aqueles que para lá ainda se dirigem.

“Vamos voltar ao Rio Grande do Sul para levar colchões e mantas”, informou Guimarães.

Lunelli (MDB) noticiou o envio ao Rio Grande do Sul de um helicóptero para entregar medicamentos e de duas carretas carregadas com doações. O deputado fez um apelo ao governo federal para minimizar a burocracia envolvida na ajuda aos municípios e lamentou os prejuízos do setor privado, com 91% das empresas gaúchas atingidas.

“Investir em prevenção e respeitar o meio ambiente é fundamental”, ensinou Lunelli.

Napoleão Bernardes (PSD), Calos Humberto (PL), André de Oliveira (Novo), Emerson Stein (MDB) e Padre Pedro Baldissera (PT) acompanharam os colegas e destacaram as ações dos catarinenses em apoio aos gaúchos.

“No Brasil e no mundo todos nós vivenciamos essa dor e somos solidários à causa, o que demonstra a face mais bonita do povo brasileiro, a simpatia e a solidariedade”, avaliou Napoleão.

“Já somos acostumados com este tipo de catástrofe, o Rio Grande do Sul não tem isso de forma corriqueira, mas já sofreu muito com as intempéries”, ponderou Humberto, que defendeu o plano de prevenção contra de cheias do governo catarinense, estimado em R\$ 5 bi.

“Um plano para mitigação dos danos causados pelas chuvas, com grandes barragens, micro barragens, alargamento de leitos de rios, desassoreamentos, é um conjunto de ações que representam um montante de R\$ 5 bi para serem implementadas na sua plenitude”, analisou o líder do governo.

Humberto criticou o pacto federativo e garantiu que dos R\$ 419 bi enviados por Santa Catarina para Brasília, somente 15% retornou ao estado.

“A união draga dos estados do Sul as suas capacidades de investimentos, contribuimos muito, mas recebemos pouco em troca”, disparou Humberto, que não levou em consideração no cálculo do retorno dos impostos aos estados o montante pago pela União em dívidas, assim como os juros relativos.

“Realmente Santa Catarina deu um show de solidariedade”, apoiou André, que agradeceu o esforço do grupo Asas Solidárias, da Igreja Casa do Oleiro e das igrejas católicas no recolhimento e envio de doações ao Rio Grande do Sul.

“Foi realmente uma onda de solidariedade, a união do nosso povo para ajudar o próximo é diferenciada. Porto Belo enviou mais de 150 toneladas de donativos”, garantiu Stein.

“As inundações que



Foto: Rodolfo Espínola/Agência AL

castigam o Rio Grande do Sul há mais de duas semanas já causaram a morte de 142 pessoas e entraram para a triste lista de enchentes e deslizamentos com mais mortes do país. Nenhuma enchente chegou a este montante, o tamanho da destruição material e da vida surpreende a cada momento”, avaliou Padre Pedro.

O deputado destacou a ação do governo federal, que enviou cerca de 20 mil homens para atuarem no Rio Grande do Sul.

“O presidente Lula mobilizou ministros, recursos e um esforço de união nacional, liderando os demais poderes da República para juntos salvarem vidas e reconstruírem o estado gaúcho, na maior operação humanitária da história do Brasil”, discursou Padre Pedro, que condenou a exploração política da tragédia por meio de Fake News.

Semana Nacional da Educação Legislativa

Napoleão repercutiu a passagem, no próximo dia 15, do Dia Nacional da Educação Legislativa e convidou os colegas, os servidores e aqueles que visitam a Alesc para prestigiarem

uma mostra que ficará exposta no Hall da Assembleia e que dá uma ideia das ações da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira nos últimos 20 anos.

“A educação legislativa é uma revolução silenciosa em favor do Brasil”, apontou o deputado, destacando em seguida os principais núcleos da Escola do Legislativo: Educação para Democracia, Ensino à Distância, Formação Política para Agentes Públicos, Inclusão e Políticas Públicas e Formação Profissional.

Napoleão ainda lembrou dos projetos da Escola, como Vereadores Mirins, Parlamento Jovem, Legislativo em Ação e Caravana das Mulheres na Política.

“Foram mais de mil eventos, 55 mil usuários inscritos nos cursos de educação à distância, com alunos de 26 estados, além de 48 leis derivadas dos programas, como o Parlamento Jovem”, sintetizou o ex-prefeito de Blumenau.

Defensoria Pública

Jessé Lopes (PL) criticou duramente os dirigentes da Defensoria Pública, acusando-os de perseguir servidores, especialmente as mães

que amamentam, uma vez que foram proibidas de trabalharem online de suas casas.

Jessé pediu o apoio dos colegas para rejeitarem ou sequer analisarem os projetos de leis enviados pela Defensoria ao Legislativo e que criam cargos comissionados, gratificação de R\$ 9 mil para os defensores assinarem petições pelos colegas que estão de férias e um aumento de 60% para os defensores e de 25% para os servidores.

Rodrigo Minotto (PDT), ao contrário, apoiou as reivindicações dos defensores e alertou os colegas que algumas cidades estão perdendo defensorias.

“Em 10 órgãos houve suspensão por evasão de defensores. Em Lages está suspensa, mas vem mais, Santa Catarina descumpra a Constituição e dificulta o acesso dos mais pobres à Justiça. O trabalhador, o pobre, a pessoa vulnerável que precisa não tem defensoria”, declarou Minotto, que pediu ao presidente da Casa, Mauro de Nadal (MDB), que coloque em apreciação um veto apostado em projeto de interesse da Defensoria.

Jucepar apresenta resultados do 1º trimestre e confirma data da inauguração da nova sede

A Junta Comercial do Paraná (Jucepar), vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, apresentou nesta segunda-feira (13) ao Conselho de Administração o desempenho do primeiro trimestre deste ano. No encontro, também foi confirmada a data de 2 de julho para a inauguração da nova sede da entidade, que completará 132 anos de existência neste mesmo dia.

O relatório contábil e financeiro relativo ao período de janeiro a março mostra que as receitas totais da Jucepar, oriundas de impostos e taxas de serviços, somaram R\$ 14,1 milhões, montante 9,2% superior ao mesmo período do ano passado. As despesas totais somaram R\$ 5,4 milhões. O repasse constitucional de 30% das receitas ao Tesouro

do Estado relativo à Desvinculação de Recursos dos Estados e Municípios (Drem) representou R\$ 3,7 milhões no primeiro trimestre.

O presidente da Jucepar e secretário executivo do Conselho de Administração, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, ressaltou o trabalho dos servidores da entidade. Segundo ele, além dos resultados internos, mas mudanças implementadas nos últimos anos projetam um ambiente de negócios cada vez mais favorável. Isso é confirmado pelos resultados apresentados com o número de movimentações de processos, abertura de empresas e, principalmente, pelo tempo para registro de uma empresa.

“Já estamos com 8 horas no tempo de abertura. A cada

mês, baixamos o tempo, batendo novos recordes. Nosso projeto é chegar a 6 horas, mas para isso tem que haver a automatização dos municípios, que é o próximo passo do processo de desburocratização”, disse. A automatização tem relação com o georreferenciamento a ser disponibilizado pelas prefeituras para os empreendedores no momento de abertura de novas empresas.

Além disso, o presidente da Jucepar destacou a boa posição do Paraná no ranking nacional. Entre os estados mais bem posicionados em relação ao tempo de abertura, o Paraná é o que possui o maior volume de processos. A relação com a média nacional também mantém um patamar de cerca de 24 horas, ou seja, o empresário



Foto: Matheus Pinheiro/EPR Comunicação

paranaense leva um dia a menos com questões burocráticas para abrir uma empresa.

Esse bom momento econômico do Paraná também foi destacado pelo diretor-geral da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços e representante do presidente do Conselho de Administração, Christiano Souto Puppi. “Os indicadores da Junta

Comercial nada mais são do que o espelho do bom momento que o Paraná vive na área econômica. A redução no tempo de abertura de empresas se deve às políticas do Governo do Estado, que preza pela liberdade econômica, inclusive com a edição do Decreto do Baixo Risco, que dispensa a licença de 771 atividades”, afirmou.

SEDE

A atual sede da Jucepar está localizada na rua Barão do Serro Azul e será transferida para o novo prédio na Rua Ébano Pereira, também no Centro da Capital. Essa era uma demanda antiga do órgão e que se tornará realidade, para benefício do empresariado e servidores que prestam o serviço público.

Santa Catarina acolhe famílias do Rio Grande do Sul

Enfrentando um dos maiores desastres naturais do Brasil, famílias gaúchas têm vindo para Santa Catarina. Aqui, estão sendo acolhidas pela Assistência Social em questões relacionadas a abrigos, encaminhamentos de documentação, benefícios eventuais e até para o mercado de trabalho.

Para ter números mais exatos e levantar que tipo de auxílio necessitam, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) está mapeando as famílias que estão migrando do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. “Com base nesse mapeamento o Governo do Estado estuda a possibilidade

de lançar um programa voltado especificamente a esses atendimentos, inclusive com auxílio para os municípios para eles prestarem esse acolhimento da melhor forma”, explica a secretária da SAS, Maria Helena Zimmermann.

A cidade de São João do Sul, por exemplo, já cadastrou mais de 100 pessoas que vieram do Rio Grande do Sul em virtude das cheias. Marli da Rocha Nunes, 68 anos, é uma delas. A moradora do Bairro Mathias Velho, em Canoas, foi resgatada de barco junto com o filho deficiente e o marido, e perdeu tudo que tinha. Foi então que resolveu deixar o estado gaúcho e ir para a casa da irmã que mora em São João do Sul.

Rogério da Rosa, 49 anos, é filho de Marli e diz que a família viveu momentos de desespero “A mãe não acreditava que a água ia chegar na casa e depois ficou desesperada. Depois tivemos que ser resgatados. Pegaram a gente de sopetão num barco e fomos levados para um abrigo. Não conseguimos pegar nada, foi tudo muito rápido. Eu vi a morte de perto, mas estamos todos vivos”, desabafa.

A assistente social de São João do Sul, Mara Elenir Vefago, explica que a demanda tem aumentado bastante e as famílias que estão migrando, de modo geral, já são de pessoas de baixa renda e que precisam de toda ajuda. “Todo dia estão



Fotos: Divulgação/Prefeitura de São João do Sul

chegando pessoas. Muitos vão para a casa de familiares, mas todos precisam de roupas, colchões, cobertas e alimentos. Aqui estamos fazendo todos os encaminhamentos necessários”, disse.

Outra cidade

recebendo muitos gaúchos é Passos de Torres, que já acolheu 50 famílias gaúchas, totalizando 89 pessoas entre crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência. “São pessoas que precisam de tudo, roupas, calçados,

cobertores, materiais de higiene. Também estamos tentando auxiliar nas questões de documentação”, informa a assistente social, Ana Paula Cardoso.